

ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA E A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO SURDO QUE ACESSA OS SERVIÇOS DE SAÚDE: Uma revisão integrativa

Xênia Maria Tamborena Barros – xeniamtb@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Esp. Saúde Pública, assistente social

Luiz Fernando Calage Alvarenga - lalvarenga@hcpa.edu.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Dr. Educação, fisioterapeuta

RESUMO

A “saúde é direito de todos e dever do Estado” conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196. Com base preceito o objetivo deste estudo é investigar como se dá a atenção em saúde da população Surda na Rede de Atenção à Saúde. Trata-se de um estudo de revisão de literatura integrativa de abordagem qualitativa, considerando estudos publicados entre os anos de 2000 a 2017, utilizando combinações e descritores controlados. As bases de dados virtuais pesquisadas foram às integradas à BVS - Biblioteca Virtual em Saúde. Foram analisados títulos, resumos, textos na íntegra, e aplicado instrumento de avaliação da qualidade metodológica. A amostra final constituiu-se de 21 artigos. Os estudos selecionados possibilitaram a composição de três categorias de análise para responder aos objetivos: “Dificuldades de acesso da população Surda à Rede de Atenção à Saúde”; “Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS”; e a “Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde. Sendo que nesta reflexão, será evidenciada a dimensão que se relaciona a percepção do usuário Surdo que acessam os serviços de saúde. Na maioria dos estudos, a barreira comunicativa entre o paciente Surdo e o profissional da saúde foi identificada como principal obstáculo para acesso à Rede de Atenção à Saúde, demonstrando a importância desses profissionais conhecerem a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Usuários Surdos comentaram sobre a falta de informação relacionada à assistência prestada e às medicações utilizadas, o que referem impactar na adesão de seu tratamento de saúde e traz preocupação com possíveis erros diagnósticos. Evidencia-se a necessidade de ampliação da discussão sobre saúde com a Comunidade Surda visando a identificação de estratégias de cuidado a serem implementadas no campo da saúde que tenham sintonia com a Cultura Surda e ampliem as possibilidades de acesso e cuidado.

Palavras chave: surdez, acesso aos serviços de saúde, barreiras de comunicação, capacitação de recursos humanos em saúde, serviços de saúde, saúde pública.

I. INTRODUÇÃO

O artigo 196 da Constituição Federal (CF) de 1988 versa que “saúde é direito de todos e dever do Estado” e, no Art. 23, inciso II, diz: “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”, sendo esta uma responsabilidade

compartilhada entre União, Estados e Municípios (BRASIL, 1988). O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil encontra sua fundamentação legal na Lei Orgânica da Saúde (LOS) nº 8080/90, sendo este o instrumento que regula as ações e serviços de saúde no país, organizados de forma descentralizada e hierarquizada.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência foi instituída pela portaria do Ministério da Saúde nº 1060/2002. Esta instituiu e reconhece a necessidade de colocar em prática uma metodologia com vistas a atender às complexas demandas de saúde da população com deficiência no Brasil (BRASIL, 2010a). Dentro desta perspectiva, cabe citar que Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dessas pessoas, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

As pessoas com deficiência podem se enquadrar nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Sobre a deficiência auditiva, considera-se perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma (BRASIL, 2004a). Em 2004 é instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA) (Portaria nº 2.073/2004) que, em seu art.2º, inciso V, pretende “Promover a ampla cobertura no atendimento aos pacientes portadores de deficiência auditiva no Brasil, garantindo a universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e o controle social da saúde auditiva” (BRASIL, 2004b).

Diante disso, evidencia-se a relevância de melhor compreender, por meio deste estudo, “Como está a atenção em saúde da população Surda na Rede de Atenção à Saúde (RAS)?”, sendo este o problema que norteou as reflexões. O objetivo central deste estudo é revisar como a literatura descreve a atenção em saúde da população Surda na RAS. Este desdobrou-se em três objetivos específicos: identificar as dificuldades de acesso da população Surda à RAS; identificar aspectos relacionados à formação dos profissionais para aplicação da LIBRAS durante a assistência em saúde e descrever a percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde.

II. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura (RL) integrativa. Para Botelho, Cunha e Macedo (2011) a RL configura-se como a primeira etapa para a elaboração de um conhecimento científico, pois entende que, por meio desse processo, novas teorias surgem, e também são evidenciadas lacunas e oportunidades para o aparecimento de novas pesquisas relacionadas a um assunto específico

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008, p. 758) “A revisão integrativa é um método de pesquisa que permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do tema investigado, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento do tema investigado”. Para Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 122) “a revisão integrativa permite ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre a sua produção científica (...)”.

Com isso configurou-se como população e amostra deste estudo os artigos selecionados que tenham como foco a atenção em saúde da população Surda na RAS. Referente aos critérios de inclusão: artigos publicados nas bases de dados selecionadas para este estudo entre o período de 2000 até 2017, nos idiomas, português, inglês e espanhol; artigos em que, no título e no resumo, sejam identificadas informações relacionadas à atenção em saúde da população Surda;

surdez e acesso à rede de atenção à saúde; surdez e barreiras de comunicação em saúde; surdez e capacitação de recursos humanos em saúde; percepção dos usuários Surdos que acessam a rede de atenção à saúde e textos completos disponíveis em formato digital. Quanto aos critérios de exclusão, artigos duplicados ou incompletos; artigos em que, no título e no resumo, não apresentem informações que tenham relação com os objetivos deste estudo e artigos que tratam de assuntos relacionados às tecnologias de reabilitação, por exemplo, implante coclear.

Sobre a coleta de informações, a pesquisa foi desenvolvida considerando as bases de referência presentes na BVS – Biblioteca Virtual em Saúde (<<http://www.bireme.br>>), a qual inclui as seguintes fontes de informação: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), IBECS (Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde), MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

A identificação dos descritores para a busca foi realizada junto ao DeCS – Descritores em Ciências da Saúde (<http://decs.bvs.br/>). Utilizou-se como descritores: surdez, acesso aos serviços de saúde, barreiras de comunicação, capacitação de recursos humanos em saúde, e serviços de saúde. Esses descritores foram combinados e acrescidos do operador booleano “OR” na realização da busca na base de dados. As combinações foram as seguintes: surdez OR acesso aos serviços de saúde; surdez OR barreiras de comunicação; surdez OR capacitação de recursos em saúde; e surdez OR serviços de saúde.

Sobre a seleção dos estudos adotou-se como estratégia duas fases, a primeira seleção dos estudos por meio da leitura dos títulos e resumos e a segunda a análise do artigo completo realizada pelo revisor. Os artigos foram incluídos de acordo com os critérios de elegibilidade especificados anteriormente.

Quanto a coleta de dados, teve como base os artigos selecionados e os dados foram extraídos através de dois instrumentos elaborados pelos pesquisadores. No primeiro deles, os elementos extraídos foram os seguintes, autor e ano; local do estudo; periódico; método; objetivos do estudo. No segundo instrumento os aspectos considerados, autor e Ano; participantes do estudo – amostra; o estudo identifica “Dificuldades de acesso da população Surda à rede de atenção a saúde”; O estudo verifica aspectos relacionados à “Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS durante a assistência em saúde” e o estudo discorre sobre a “Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde”.

Importante mencionar que foi realizada por meio do “checklist” proposto pelo “*Critical Appraisal Skills Programme*” (CASP) (TRUST, 2002) a avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos nesta revisão. Ele é composto por 10 itens que norteiam o avaliador a refletir de forma sistemática sobre os aspectos a serem analisados.

Os estudos filtrados pelo “checklist” foram classificados em 2 categorias: A e B. Na categoria A estarão compreendidos os estudos com pequeno viés de risco, uma vez que preencherão ao menos nove destes dez itens: 1) objetivo claro e justificado; 2) desenho metodológico apropriado aos objetivos; 3) procedimentos metodológicos apresentados e discutidos; 4) seleção intencional da amostra; 5) coleta de dados descrita, instrumentos e processo de saturação explicitados; 6) relação entre pesquisador e pesquisado; 7) cuidados éticos; 8) análise densa e fundamentada; 9) resultados apresentados e discutidos, apontando o aspecto da credibilidade e uso da triangulação; 10) descrição sobre as contribuições e implicações do conhecimento gerado pela pesquisa, bem como, suas limitações. Na categoria B, serão incluídos os estudos de risco moderado, quando pelo menos 5 dos 10 itens foram

atendidos, contemplando, dessa forma, apenas parcialmente os critérios adotados (ESPINDOLA; BLAY, 2009).

Quanto aos procedimentos éticos, os artigos apresentados neste estudo são de domínio público, disponíveis na internet por meio das bases de dados já citadas. Sendo assim, não houve necessidade de submissão aos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil. Ressalta-se que os autores não têm a declarar qualquer conflito de interesse.

III. RESULTADOS

Considerando as fontes de buscas pesquisadas foram encontrados 2533 estudos. Deste total, foram excluídos estudos que não preencheram os requisitos de inclusão e duplicados, 2443. Diante disso, restaram 90 artigos para leitura de títulos e resumos. Deste quantitativo, foram excluídos 66 por não atenderem aos objetivos delineados neste estudo e que não disponibilizam resumos e/ou artigos on-line na íntegra, restando 24 artigos para leitura completa. Aplicou-se o *'checklist'* proposto pelo CASP, excluindo-se 3 artigos. Tendo como base o processo metodológico desenvolvido, incluem-se na atual revisão 21 artigos.

Do quantitativo de 21 artigos incluídos, 5 estudos atenderam aos requisitos de pontuação do CASP A e, os 16 restantes, CASP B. Sendo que, por meio da aplicação deste instrumento de avaliação da qualidade metodológica, 3 estudos foram excluídos por apresentarem pontuação inferior na categoria B.

Quanto à nacionalidade das publicações, identificaram-se 17 nacionais e 3 internacionais. A região sudeste do Brasil possui o maior número de publicações, com oito, seguida de região nordeste, com seis. A região sul e a centro-oeste, com igual quantitativo duas publicações em cada. Quanto às internacionais, identificou-se uma de cada país, conforme segue: Irã, Estados Unidos e África do Sul.

Os artigos que atenderam aos objetivos desta revisão foram publicados entre os anos de 2014 e 2015, quatro em cada ano. Seguido do ano de 2009, com três. Nos anos de 2012 e 2017, identificaram-se dois artigos em cada ano. Nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2013 e 2016 identificou-se um artigo publicado em cada ano.

A análise qualitativa dos artigos tomou como guia os objetivos do estudo, sendo que os trabalhos analisados possibilitaram construir as seguintes categorias para responder aos objetivos da pesquisa: Dificuldades de acesso da população Surda à RAS; Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS; e Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde.

Quanto à categoria “Dificuldades de acesso da população Surda à RAS”, identificaram-se, em 20 artigos, aspectos relacionados a essa questão, ou seja, em apenas um, este quesito não foi identificado. Na categoria “Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS”, encontraram-se aspectos relacionados a essa temática em 16 estudos, não sendo identificados em 5. Sobre a “Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde”, dos 21 artigos, 14 fazem referência a este assunto. Sendo que esta última categoria será mais bem detalhada na discussão a seguir.

IV. DISCUSSÃO

Com relação a “**A percepção do usuário Surdo que acessa os serviços de saúde**” foi possível identificar que o usuários Surdos que, ao acessar os serviços de saúde, sentem medo de parecerem ignorantes, de serem ignorados, enganados, de tomar remédio errado, da

desconfiança, frustração, raiva, sensação de serem tratados com preconceito, insatisfação e necessidade de serem melhor compreendidos, sendo que esses achados integram a reflexão de seis estudos (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009; COSTA et al., 2009; ARAÚJO et al., 2015; SANTOS; SHIRATORI, 2004; KRITZINGER et al., 2014; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006).

A pesquisa descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, realizada em uma Escola Pública em Vitória da Conquista – Bahia (BA) com uma amostra de 26 pessoas surdas, operacionalizada por Pires e Almeida (2016) relaciona-se aos achados da presente revisão, conforme descritos no parágrafo acima. No estudo de Pires e Almeida, objetivou-se verificar as percepções dos Surdos quanto ao acolhimento existente nos serviços de saúde. Identificou-se como resultado que todos os entrevistados relataram ter apresentado um misto de sentimentos como tristeza, raiva e decepção diante do fato de não serem compreendidos pelos profissionais de saúde, que não sabiam se comunicar com eles. Aliado a isso, dois estudos desta revisão também apontaram que os usuários Surdos percebem que os profissionais da saúde apresentam sentimento de raiva e nervosismo por não os compreender, além do medo de se comunicar (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; KRITZINGER et al., 2014).

Enquanto recebem atendimento em saúde, usuários Surdos comentaram sobre a falta de informação relacionada à assistência prestada e às medicações utilizadas, o que referem impactar na adesão de seu tratamento de saúde e traz preocupação com possíveis erros diagnósticos, aspectos referenciados em três artigos. (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015; COSTA et al., 2009; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006). Pires e Almeida (2016) também fazem menção aos aspectos citados, a não comunicação e à falta de compreensão das informações comunicadas pelos profissionais da saúde como uso de medicamentos e diagnósticos de doenças, gerando sentimentos de medo e dúvida nos entrevistados da pesquisa.

Os Surdos referem que, mesmo o médico utilizando meio de comunicação escrita, o entendimento é difícil, pois existem palavras que eles não conhecem, evidenciando a dificuldade de compreender o vocabulário técnico dos profissionais, a letra ilegível, a explicação da doença, o uso de cada medicação, além da explicação da realização de cada exame e procedimento, sendo estes elementos problematizados em seis estudos (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015; CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009; COSTA et al., 2009; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; SANTOS; SHIRATORI, 2004; ARAGÃO et al., 2014). Pagliuca, Fiúza e Rebouças (2007) comentam que nem sempre a forma de comunicação escolhida pelo profissional é a melhor para comunicação com o deficiente auditivo, pois, conforme o grau de escolaridade, esse processo pode ficar limitado. Acrescentam ainda que o meio escrito pode facilitar bastante a comunicação, mas se restringe a pacientes alfabetizados na Língua Portuguesa. Esse meio de comunicação foi o escolhido como principal pelos entrevistados (26 Surdos), por Pires e Almeida (2016), como estratégia de comunicação com profissionais da saúde quando acessam os serviços.

Usuário Surdos evidenciam a importância da equipe de saúde aprender LIBRAS para acabar com a dificuldade de comunicação e o risco de agravamento de seu quadro de saúde, evidência encontrada em dois artigos (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009; MAGRINI; SANTOS, 2014). Além disso, enfatizam a necessidade de inclusão da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de graduação dos profissionais, nos cursos de capacitação de funcionários nas redes de serviços SUS e das empresas que fornecem atendimento. Recomendam ainda a melhoria na formação dos profissionais que usam LIBRAS e que atuam como tradutores, aspectos que foram sinalizados em um estudo (MAGRINI; SANTOS, 2014). Pires e Almeida

(2016) concluem que há pertinência em implementar a LIBRAS como disciplina curricular, não como optativa, mas sim como obrigatória em todos os cursos de graduação na área da saúde.

Em um dos artigos incluídos nesta revisão (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006) localizamos como evidência o sentimento de alívio e felicidade por parte do Surdo ao conseguir compreender e ser compreendido. Dentre os achados de Almeida e Pires (2016), localizou-se o registro de dois entrevistados que conheceram profissionais da saúde (uma fonoaudióloga e uma técnica de enfermagem) que sabiam LIBRAS e conforme a fala dos mesmos “Foi muito legal. Ela ajudou o médico a me atender” e “Quando percebi que ela sabia LIBRAS, me senti muito feliz porque meu atendimento seria feito bem” (ALMEIDA E PIRES, 2016, p.73).

Os elementos previamente citados reforçam o achado em um estudo desta pesquisa (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009) que faz referência à percepção do Surdo quando um médico sabe a LS ou se esforça para melhorar a comunicação, usando figuras, desenhos e expressões não verbais, trazendo, assim, maior qualidade para a assistência em saúde. Sendo esse movimento da equipe importante para assistência integral em saúde da população Surda.

Quanto a presença do acompanhante/intérprete, os Surdos são favoráveis, sendo familiar ou amigo/vizinho as figuras preferidas, porém com algumas ressalvas. Para tanto, mencionam a perda de privacidade, a passividade durante o atendimento em saúde impactando na interação com a equipe de saúde. Além disso, a quebra do sigilo, da confidencialidade sobre a situação de sua saúde, o que prejudica sua cidadania na medida em que o faz dependente de outras pessoas para a melhora de sua qualidade de vida. Aliado ao que já foi mencionado, Surdos sentem necessidade de inclusão e atividades de Educação em Saúde, pois acabam procurando os serviços de saúde apenas quando estão doentes e dificultando cuidados preventivos, aspectos mencionados em oito artigos (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015; COSTA et al., 2009; COSTA; SILVA, 2012; CHAVEIRO; BARBOSA; PORTO, 2008; SANTOS; SHIRATORI, 2004; OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; ARAGÃO et al., 2014). Os aspectos relacionados ao sigilo e privacidade foram melhor detalhados no início dessa discussão. A inclusão dos Surdos em atividades de educação em saúde passa por todos aspectos que vem sendo abordados, mas se entende como elemento central a acessibilidade aos serviços de saúde através da viabilidade de uma equipe qualificada para comunicação por meio da LIBRAS.

Identificou-se, em dois dos estudos avaliados (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015; OLIVEIRA et al., 2015), uma concepção de saúde mágico-religiosa, na qual Deus possui um papel central, e outra biomédica, entendimento de que saúde relaciona-se à ausência de doença. Percebeu-se uma compreensão limitada sobre o conceito ampliado em saúde preconizado na Política de Saúde no Brasil e, conforme mencionado em estudo no parágrafo anterior, a exclusão da população Surda em espaço de Educação em Saúde pode impactar nesta questão.

A estratégia de comunicação por meio de ambiente virtual foi percebida pela maior parte dos sujeitos de uma pesquisa como ótimo e bom. Nessa ocasião, ressaltaram-se a preservação da privacidade e a inclusão social como elementos positivos. Sugestões de boa comunicação entre profissionais da saúde e usuários Surdos foi contemplado em um estudo (RODRIGUES; DAMIÃO, 2014). Sobre o uso de tecnologias para acesso a informações de saúde, estudo realizado por Kushalnagar et al. (2015), menciona a percepção dos participantes da pesquisa de que este é um recurso importante para a acesso a informações por meio da Língua de Sinais Americana.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a dimensão “A percepção do usuário Surdo que acessa os serviços de saúde” escolhida para melhor aprofundamento nesta discussão chama-se atenção para sentimentos de “medo”, “tristeza”, “raiva”, dentre outros, mencionados. Sentimentos estes contrários a toda organização dos serviços com vistas a uma assistência em saúde centrada nas demandas do usuário. Aliado a isso, a falta de informações sobre a assistência prestada e o receio de uso errado da medicação acaba por impactar na situação de saúde do usuário.

É importante mencionar que as reflexões e indagações aqui propostas têm sintonia e estão presentes no cotidiano da vida profissional da autora como trabalhadora da saúde e inserida no sistema público de saúde. A inquietação sobre melhor compreender a dinâmica de vida da população Surda, sua língua e cultura, colocou-se como pauta e resultou na construção deste trabalho. Entende-se que, sem isso, o alcance de uma assistência integral em saúde não se efetiva a população em questão.

Ao atender a um paciente Surdo, o desafio que se coloca aos profissionais é sobre que estratégia utilizar e como traduzir, para essa pessoa, as informações pertinentes ao seu cuidado em saúde. Com isso, potencializar sua autonomia nas decisões relativas a sua saúde, bem como a compreensão sobre a doença e, em alguns casos, a necessidade de mudanças de hábitos de vida para melhor adesão ao seu cuidado em saúde. Além disso, considera-se a forma como esse cuidado em saúde será compartilhado pelos demais serviços que integram a RAS e a rede intersetorial. Por isso a necessidade de melhor instrumentalizar a equipe frente a e esses aspectos. Portanto, entende-se como pertinente a ampliação da discussão sobre saúde com a Comunidade Surda para que as estratégias de cuidado implementadas no campo da saúde tenham sintonia com a Cultura Surda e ampliem as possibilidades de acesso em saúde à população Surda com vistas ao cuidado integral.

VII. REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Jamily da Silva et al. Acesso e comunicação de adultos surdos: uma voz silenciada nos serviços de saúde. **Rev. Pesqui. Cuid. Fundam.** (online); 6 (1): 1-7, jan. – mar. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/ses/resource/pt/lil-706411>>. Acesso em 22 abr. 2018.

ARAÚJO, Camila Crisse Justino de et al. Consulta de enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. **ABCS Health Sci.** 2015; 40(1):38-44. Disponível em: <<https://www.portalnepas.org.br/abcs/hs/article/view/702>> .Acesso em mar. 2018.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <<https://ges.emnuvens.com.br/gestoesociedade/article/view/1220/906>> . Acesso em 18 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VIII da Ordem Social. Seção II da Saúde. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 20, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010a. 24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf> Acesso em 29 nov. 2017

_____. **Lei 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 28 nov. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 5296, de 2 de dezembro de 2004a**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 16 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2073, de 28 de Setembro de 2004b**. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2073_28_09_2004.html>. Acesso em 16 nov. 2017.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 553-560, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000400013&lng=en&nrm=iso> Acesso em 31 maio 2018.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celso. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, Sept. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300023&lng=en&nrm=iso> Acesso em 31 maio 2018.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celso; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo, v. 75, n. 1, p. 147-150, Feb. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00342992009000100023&lng=en&nrm=iso> Acesso em 28 abr. 2018.

COSTA, Luiza Santos Moreira da; ALMEIDA, Regina Celia Nascimento; MAYWORN, Mariana Cristina; ALVES, Pedro Thiago Figueiredo; BULHOES, Paulo André Martins de; PINHEIRO, Vanessa Miro. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Rev Bras Clin Med**, 2009;7:166-170. Disponível em: <http://www.uff.br/isc/site_2_5/images/publicacoes/O_atendimento_em_saude_atraves_do_olhar_da_pessoa_surda.pdf> Acesso em 28 abr. 2018.

COSTA, Luiza Santos Moreira da; SILVA, Natália Chinline Zambão da. Desenvolvendo atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes de medicina na atenção em saúde de pessoas surdas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 43, p. 1107-1117, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000400019&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 maio 2018.

ESPINDOLA, Cybele Ribeiro; BLAY, Sérgio Luís. Percepção de familiares sobre a anorexia e bulimia: revisão sistemática. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 707-716, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000400018&lng=en&nrm=iso> Acesso em 16 nov. 2017.

KRITZINGER, Janis et al. "I just answer 'yes' to everything they say": access to health care for deaf people in Worcester, South Africa and the politics of exclusion. **Patient Educ Couns**. 2014 Mar; 94(3):379-83. doi: 10.1016/j.pec.2013.12.006. Epub 2013 Dec 14. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24388666>> Acesso em 30 jun. 2018

KUSHALNAGAR, Poorna et al. Health websites: accessibility and usability for American sign language users. **Health Commun**, 30(8): 830-7, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4607054/>> Acesso em 22 abr. 2018.

MAGRINI, Amanda Monteiro; SANTOS, Teresa Maria Momensohn. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? **Disturb. Comum**, São Paulo, 26 3; 550-558, setembro, 2014. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=729087&indexSearch=ID>> Acesso em 12 abr. 2018.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 dez. 2017.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al. Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 549-560, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000300549&lng=en&nrm=iso> Acesso em 31 mai. 2018.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 307-320, Mar. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000100307&lng=en&nrm=iso> Acesso em 18 mai. 2018.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; FIÚZA, Nara Lúgia Gregório; REBOUCAS, Cristiana Brasil de Almeida. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 411-418, Sept. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000300010&lng=en&nrm=iso> Acesso em 09 jul. 2018.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A Percepção do Surdo sobre o Atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**. 2016 Jan./Jun.;5(1):68-77. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912/650>>. Acesso em 30 jun. 2018.

RODRIGUES, Silvia Cristina Martini; DAMIAO, Gardênia Costa. Ambiente virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de atenção básica. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 731-738, Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000400731&lng=en&nrm=iso> Acesso em 31 maio 2018.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 6, n. 1, dez. 2004. ISSN 1518-1944. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/798/905>> Acesso em: 31 maio 2018.

TRUST, M.K.P. **Critical Appraisal Skills Programme (CASP): making sense of evidence**. London (UK): Oxford; 2002.